

FATOS DA Terra

Ano V

Nº 18

Ago/Set 2006

Política

**Governo e movimentos sociais
aprimoram diálogo**

Pág. 14

Proseando

**Valter Bianchini fala sobre a importância
da Agricultura Familiar**

Pág. 03

JOSÉ GOMES DA SILVA

**Há dez anos morria um homem para quem
mesmo a pior reforma agrária é capaz de
proporcionar casa, comida e trabalho**

EDITORIAL

Homenagem ao nosso patrono

José Gomes da Silva lutou até o fim pela Reforma Agrária. Na véspera de sua morte, no dia 13 de fevereiro de 1996, participou de um debate organizado pela Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania, em São Paulo. Na época, ele comentou a situação do Pontal do Paranapanema: "O Pontal surpreende o Brasil inteiro por mostrar que mesmo aqui, perto de três universidades, na área mais desenvolvida do país, onde se esperava que houvesse uma agricultura patronal capitalista, nós temos problemas como estes."

A Reforma Agrária, portanto, continuava uma questão ainda não superada no Brasil, não só nos rincões, nas áreas ainda de fronteira aberta para a agricultura, mas também em regiões desenvolvidas e populosas. Para José Gomes, o Brasil havia perdido duas oportunidades de fazê-la: a primeira, quando da criação do Estatuto da Terra; a segunda, no governo Sarney, quando foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Ele foi o protagonista de ambos os processos, mas sempre esbarrou nas pressões contrárias à democratização do acesso à terra. Em meados dos anos 90, acreditava estar diante de outra grande oportunidade. Na época, a opinião pública, pela primeira vez, era favorável à Reforma Agrária. Mas José Gomes não pôde continuar esta luta. Felizmente, porém, o seu exemplo continua incentivando camponeses, intelectuais, agentes públicos e cidadãos que acreditam na bandeira da Reforma Agrária.

Naquele mesmo evento em que debateu a questão agrária em São Paulo, José Gomes comentou a vinculação do Itesp à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, o que considerava "uma novidade extremamente positiva". É bom saber que ele achava que esta instituição, que adotaria o seu nome, estava no caminho certo.

Tibério Leonardo Guitton
Assessor Especial do Governador
Respondendo pelo Expediente

Índice

Editorial	2
Proseando	3
Regional	5
Cultura	8
Ciência e Tecnologia	9
Reportagem de Capa	10
Nacional	13
Política	14
Opinião	15
Curta	16
Agenda	18
Destaque	19

Fale Conosco

Tire suas dúvidas, envie comentários, críticas e sugestões para:

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 554
Bela Vista CEP 01318-000
São Paulo - SP - Brasil
Fone/Fax: (11) 3293-3300
E-mail: itesp@itesp.sp.gov.br

Ouvidoria

Fone: (11) 3293-3309
0800-77 33 173
e-mail: ouvidoria@itesp.sp.gov.br

Visite nossa página e leia, diariamente, as principais notícias sobre a questão agrária:

www.itesp.sp.gov.br



Itesp - Fundação Instituto de Terras do
Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"
Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO

Fatos da Terra é a revista da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - Itesp, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.

Jornalista Responsável: Helton Lucinda Ribeiro - Mtb 27.002 **Reportagens:** Helton Lucinda Ribeiro, Regina Bonomo e Ana Carolina Garcia **Foto Capa:** Arquivo Itesp **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Renato Oliveira da Silva

Contracapa: Renato Oliveira da Silva

Conselho Editorial: Tibério Leonardo Guitton, Luiz Roberto de Paula, Jorge Miranda Ribeiro, Afonso Curitiba Amaral, Jurandir Vieira Góis, Milton Ramos da Silva, Gabriel Veiga, Anselmo Gomiero, Maria Celina Figueiredo, Antônio Alonso, Marco Antônio Silva e Helton Lucinda Ribeiro

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 554 - 7º andar - Bela Vista - CEP 01318-000 - São Paulo - SP Telefone: (11) 3293-3393
E-mail: itesp@itesp.sp.gov.br Visite nossa página: www.itesp.sp.gov.br Secretaria da Justiça: www.justica.sp.gov.br

Tiragem: 3.000 exemplares **Ctp, Impressão e Acabamento:** Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

É permitida a reprodução dos textos, desde que citada a fonte.

A força da Agricultura Familiar

Duas notícias importantes para a agricultura familiar marcaram os meses de julho e agosto. Uma delas foi o anúncio de um novo volume recorde de recursos para o Plano Safra 2006/2007: R\$ 10 bilhões. Esse dinheiro estará disponível para agricultores por meio das linhas de crédito do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

A outra foi o sancionamento, no dia 24 de julho, da Lei 11.326, que estabelece a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A lei define os conceitos de agricultura familiar e de agricultor familiar e prevê a descentralização — com a participação de municípios, estados, governo federal e produtores rurais — no desenvolvimento e gestão dos programas agrários.

Para falar sobre esses temas, Fatos da Terra convidou o engenheiro agrônomo Valter Bianchini, secretário de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É a SAF a secretaria responsável pela coordenação de programas que vão do acesso a crédito ao apoio à comercialização. Nesta entrevista, Bianchini também falou sobre a importância da agricultura familiar e analisou as políticas de assistência técnica voltadas a este segmento. Entre outras coisas, ela aposta na ampliação da participação da agricultura familiar na economia em relação aos dados do último Censo Agropecuário.



Existem vários indicadores que apontam para a importância da agricultura familiar no Brasil hoje, como sua participação no PIB, na geração de empregos, etc. Na sua opinião, qual é a tendência de longo prazo para a agricultura familiar? Aumentar essa participação na economia?

Sim. A tendência é que a agricultura familiar possa aumentar sua participação na economia. Os dados do Censo são muito antigos, ainda de 95/96, e apontavam que

nós tínhamos mais de quatro milhões de estabelecimentos da agricultura familiar e uma participação do valor bruto da produção agrícola em torno de 37%. Dados atualizados para o PIB brasileiro e para o PIB do agronegócio apontam que, hoje, a agricultura familiar responde por 10% do PIB geral e em torno de 1/3 do PIB do agronegócio. São marcas importantes. Como o governo atual, nestes últimos quatro anos, fez aumentar muito o

PROSEANDO: Valter Bianchini

apoio à agricultura familiar, seja nos atuais R\$ 10 bilhões disponíveis pelo Pronaf, seja em políticas importantes como a do reestabelecimento da estrutura de assistência técnica e extensão rural (ATER), no qual os frutos da pesquisa estão sendo colocados cada vez mais a um número maior de agricultores familiares; seja em programas importantes como agroindústria familiar, biodiesel, turismo rural, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Seguro da Agricultura Familiar (Seaf). É um conjunto de instrumentos que fortalecem uma política para a agricultura familiar, gerando maior produção e maior agregação de valor e renda. A continuidade desta política de fortalecimento vem se expressando e vai se expressar ainda mais numa tendência de aumentar o percentual de participação da agricultura familiar no PIB da agricultura e o PIB do agronegócio. Fortalecer a agricultura familiar significa indicadores de que o rural brasileiro está se fortalecendo em um conjunto de atividades.

O governo sancionou recentemente a Lei 11.326, ou Lei da Agricultura Familiar. Quais os impactos desta lei para a formulação de políticas públicas para o setor?

Primeiro, esta lei traça critérios, hoje utilizados no Pronaf e que consolidam este segmento importante da agricultura, que é agricultura familiar. Com esta lei, temos o reconhecimento desta atividade por meio de critérios como o que estabelece em quatro módulos fiscais o tamanho da área, a predominância da renda originada da agricultura, o limite de até dois empregados permanentes, a gestão de negócios, entre outros. Mas, mais importante que isso, é que a lei estabelece diretrizes, indicadores para que se possa formular uma política de apoio e fortalecimento da agricultura familiar. Muitos dos instrumentos já existem

e já são utilizados, mas com a lei, agora tornam-se consolidados como o próprio Pronaf, o programa de cooperativismo, a agroindústria familiar, os programas de educação, entre outros. Agora, temos mais clara a responsabilidade de fazer o que determina a lei e traçar uma política de apoio à agricultura familiar. Neste sentido, esta institucionalização consolida os atuais instrumentos e cria base para traçarmos outros instrumentos que dêem a esta política da agricultura familiar um fortalecimento deste importante setor para o governo brasileiro.

O Plano Safra 2006/2007 conta com R\$ 10 bilhões, um novo recorde. Segundo dados da SAF, o governo tem conseguido melhorar a relação entre o que é anunciado e o que é efetivamente acessado pelos produtores, chegando próximo a 80% atualmente. Qual a expectativa para este novo Plano Safra?

No primeiro Plano Safra do governo do presidente Lula, nós saímos de um índice de aproveitamento entre o anunciado e o disponibilizado que era de 50% para mais de 90%. Dos R\$ 5,4 bilhões anunciados na safra 2003/2004, nós aplicamos cerca de R\$ 4,6 bilhões. Depois, na safra 2004/2005, dos R\$ 7 bilhões anunciados, aplicamos aproximadamente R\$ 6,3 bilhões. Já na safra 2005/2006, o índice caiu para 80%, dos R\$ 9 bilhões anunciados, vamos fechar em aproximadamente R\$ 7,5 bilhões (os dados ainda não foram fechados). Nesta atual safra (2006/2007), dos R\$ 10 bilhões anunciados, temos a expectativa de voltarmos a aplicar algo em torno de 90%, ou seja, pelo menos R\$ 9 bilhões, o que é um número expressivo, beneficiando um amplo conjunto de agricultores. Estamos lançando nesta safra o Pronaf Comercialização, para apoiar instrumentos melhores para comercialização da safra. Estamos fortalecendo a



“A Lei da Agricultura Familiar traça critérios que consolidam este segmento”

ação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e, para a próxima safra, deve vir uma política de equivalência entre o valor financiado e um certo preço de referência para um conjunto de produtos agrícolas. Todos estes instrumentos que o governo vem adotando fazem com que sejamos otimistas em um novo ciclo para esta safra 2006/2007.

Qual a sua avaliação sobre as políticas de assistência técnica e extensão rural oferecidas à agricultura familiar no Brasil?

A respeito das políticas de assistência técnica e extensão rural, estamos em um bom ano nesta safra 2006/2007, em que conseguimos ampliar significativamente os recursos para a assistência técnica. O governo federal aprovou um adicional de R\$ 50 milhões para assistência técnica e extensão rural que, somados aos R\$ 62 milhões já assegurados no orçamento, totalizarão R\$ 112 milhões. Estes valores estão sendo aplicados em convênio com as empresas públicas de assistência técnica (Emater) e as organizações não-governamentais. O crescimento foi muito expressivo nestes últimos três anos, em que saímos de um recurso de cerca de R\$ 3 milhões. É um bom momento. Os estados têm feito esforços por meio da abertura de concursos na grande maioria das Emater, além de um fortalecimento das ONGs e cooperativas que atuam com assistência técnica. Ampliou-se de uma maneira expressiva e melhorou a qualidade da assistência. Ao lado disso, tem crescido a presença da extensão universitária e das escolas agrotécnicas. Há um conjunto de instrumentos fortalecendo as nossas ações.

Além disso, a Embrapa tem um orçamento importante, este ano totalizando mais de R\$ 1 bilhão, para que, por meio de seus centros de pesquisa, nesta articulação com assistência técnica, possamos cada vez mais levar os frutos das pesquisas da Embrapa e dos institutos estaduais de pesquisa para os nossos agricultores familiares.

Existem, atualmente, concepções diferentes de assistência técnica no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Enquanto a SAF

adota a nomenclatura ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), o Incra trabalha com um programa denominado ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária). Por que a diferenciação?

Estamos fazendo um esforço grande para integrar estas duas formas de assistência técnica em uma única do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este é o nosso objetivo: avançarmos para um programa nacional de assistência técnica que procure articular não somente as ações de

ATER da Secretaria de Agricultura Familiar e das ATES dos assentamentos, mas também as ações de assistência técnica dos ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente. É necessário um programa que construa uma articulação da ATER oficial pública e a não-pública e a ATER dos assentamentos, otimizando as ações de assistência técnica de forma integrada. Hoje, o Incra possui um programa voltado para os assentamentos, mas a política do MDA é cada vez mais articular as duas formas de assistência e buscar uma otimização com as ATER de outros ministérios.

“É necessário um programa que construa uma articulação da ATER oficial pública e não-pública e a ATER dos assentamentos”

Em parceria com a SAF, o Itesp tem realizado importantes programas de capacitação, financiados com recursos do Pronaf. Já foram concluídos dois: um de capacitação em agroecologia e outro de capacitação em comercialização; estamos com outros dois em andamento, um voltado à organização das comunidades, com ênfase em questões de gênero, e outro para capacitação em ATER dos nossos técnicos. Como o sr. avalia as parcerias com os Estados em ações desse tipo? Seria possível ampliá-las?

Para nós, uma entidade como o Itesp, que faz um trabalho importante junto aos assentamentos e com o público quilombola, tem um papel muito importante na nossa ação de assistência técnica no Estado. A nossa parceria com o Itesp já vem de muito tempo e tem estabelecido importantes acordos. Nossa intenção, ainda este ano, é avançarmos com estas ações que estão em andamento e darmos continuidade a este importante trabalho que o Itesp faz no campo da assistência técnica aos assentados e à própria política de agricultura familiar. ■

Mais 28 municípios querem regularização fundiária

“**P**arece que quando a gente fica velho, a gente volta a ser criança, porque começa a sonhar.” O sonho de Maria Conceição Queiroz, moradora da Vila Aparecida, em Capão Bonito, era ter um documento legítimo de propriedade de sua casa. Por isso a emoção ao receber o título de domínio, fruto do Programa Minha Terra, executado pelo Itesp em parceria com a prefeitura local.

Os resultados expressivos alcançados têm chamado a atenção da sociedade. Em junho, foram assinados 28 novos convênios para trabalhos que serão realizados até 2007. Ao todo, estão previstos os cadastros de 53.901 imóveis, parte dos quais poderá ser titulada.

Criado em 2003 para sistematizar os esforços de regularização fundiária do Governo do Estado, o Programa Minha Terra atende prioritariamente aos municípios de menor IDH (Índi-

Gumercindo de Oliveira Santos, morador de Itapirapuã Paulista beneficiado pelo Programa Minha Terra



Fotos: Dadora Teixeira

ce de Desenvolvimento Humano). Entre os 28 novos conveniados, estão Bom Sucesso de Itararé, que tem IDH de 0,69, e Itapirapuã Paulista, que tem o menor índice do Estado de São Paulo, 0,65.

Também assinaram convênios Campina do Monte Alegre, Apiaí, Taquarivaí, Nova Campina, Buri, Itararé, Iaras, Guapiara, Itaporanga, Itu, Piedade, Araçariguama, Pilar do Sul, Chavantes, Presidente Epitácio, Platina, Piquerobi, Ribeirão dos Índios, Tarabai, Teodoro Sampaio, Campos do Jordão, Jambeiro, Pariqueira-Açu, Registro e Sete Barras. Para esses municípios, eliminar a indefinição dominial, ou seja, a incerteza em relação à propriedade da terra, é um grande incentivo ao desenvolvimento.

De posse de um documento váli-

do de propriedade, o cidadão pode utilizar o imóvel como garantia para a obtenção de financiamentos. Não só para a produção agrícola, no caso dos posseiros rurais, como também para algum investimento na área urbana, como a reforma da casa.

“Isso também é desenvolvimento econômico. O pedreiro trabalha, o electricista trabalha e o carpinteiro trabalha, e isso é geração de emprego”, comentou o prefeito Clóvis Vieira Mendes, de Registro, onde o Itesp entregou 93 títulos no começo do ano.

Em 2003, o Programa Minha Terra possibilitou a entrega de 1.014 títulos de domínio. No ano seguinte, foram 4.633, um recorde! Em 2005, foram expedidos 2.212 documentos. A meta para este ano é a entrega de outros 5 mil títulos.

Maria Conceição Queiroz, de Capão Bonito: sonho realizado



Estudo fundiário ajuda a preservar patrimônio ambiental

Dois contratos foram firmados entre o Itesp e o Instituto Florestal (IF) para possibilitar o aumento do controle e da preservação ambiental dos parques estaduais da Serra do Mar e de Jacupiranga. Para alcançar estes objetivos, serão realizados levantamentos detalhados da malha fundiária dos dois parques.

O Parque Estadual da Serra do Mar, com 315 mil hectares, ocupa boa parte do litoral paulista, numa área que vai do município de Pedro de Toledo, no Vale do Ribeira, até Cunha, no Vale do Paraíba. No total, o território do parque abrange 22 municípios. Ambos os contratos de trabalho firmados entre Itesp e Instituto Florestal prevêem a aplicação dos laudos de identificação fundiária dos ocupantes.

No parque da Serra do Mar, os trabalhos pretendem identificar todas as áreas ocupadas, reconhecer as unidades de conservação, verificar a porção que cada município possui dentro do parque e as porções particulares e as pertencentes a órgãos públicos, como, por exemplo, linhas de força e áreas utilizadas pela Sabesp.

A definição dessas questões permitirá ao Instituto Florestal rever os limites da unidade de conservação e definir limites de uso das áreas particulares. Como muitas das ocupações são anteriores à criação do parque, o estudo da malha fundiária feito pelo Itesp também servirá de subsídio para o IF tomar conhecimento de ações de desapropriação indireta que existam e definir quem deve e quem não deve ser indenizado.

Segundo a Assessoria de Impren-

sa da Secretaria do Meio Ambiente, para o Instituto Florestal, “conhecer a malha fundiária do Parque constitui etapa fundamental para aperfeiçoar as ações de gestão e proteção do patrimônio ambiental dessa importante unidade de conservação que abrange cerca de 40% da área total das unidades de conservação de proteção integral do Estado”.

O contrato entre as duas entidades para a execução dos trabalhos na Serra do Mar foi assinado no dia 1º de fevereiro, com o valor de R\$ 1.642.380,00. A previsão de conclusão dos estudos é de 12 meses.

Já no Parque Estadual de Jacupiranga, o prazo de conclusão é de 60 dias a partir da assinatura do contrato, que ocorreu no dia 13 de julho, na sede do Itesp, com o valor de R\$ 88.412,00.

Estima-se que, dentro dos 150 mil hectares do Parque Estadual de Jacupiranga, existam cerca de 2 mil unidades ocupadas. “Esse contrato tem por objeto a aplicação de laudos

de identificação fundiária em áreas ocupadas, que subsidiarão as tomadas de de-

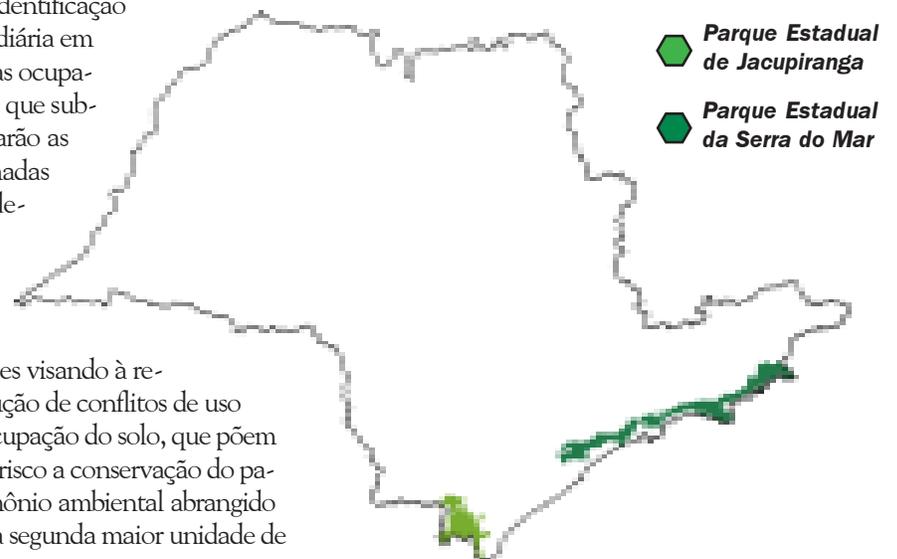
cisões visando à resolução de conflitos de uso e ocupação do solo, que põem em risco a conservação do patrimônio ambiental abrangido pela segunda maior unidade de

conservação do Estado de São Paulo”, declara a Assessoria de Imprensa.

Outro objetivo do Instituto Florestal é utilizar o material cartográfico que será elaborado pelo Itesp para estudar a possibilidade de mudanças nos limites do parque.

“Os equipamentos que foram utilizados para fazer a delimitação do Parque Estadual de Jacupiranga não são tão precisos quanto os que o Itesp utiliza hoje em dia. Rever os limites da área é importante até para sabermos o que é mesmo o parque”, esclarece o diretor adjunto de Recursos Fundiários do Itesp, Gabriel Veiga.

Com os limites sendo revistos, áreas com pouca quantidade de mata e muito populosas poderão ser excluídas da reserva. Outras, com pouca ou nenhuma ocupação e maior quantidade de vegetação, poderão ser incluídas, ajudando a preservar a mata e possibilitando a regularização destas áreas.



Itesp faz diagnóstico da aplicação de crédito no Pontal

No segundo semestre de 2004, o Itesp assumiu, em contrato com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), compromisso de fazer uma pesquisa junto aos assentados para obter um diagnóstico mais preciso da aplicação dos créditos destinados à reforma agrária e dos entraves ao acesso a esses recursos pelo agricultor assentado. O objetivo é aperfeiçoar as atividades de assistência técnica e extensão rural (Ater) prestadas aos assentados.

A pesquisa contou com assessoramento do professor Luiz Antonio Barone, sociólogo da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) de Presidente Prudente e foi executada entre os meses de junho a setembro de 2005 por técnicos do Itesp, coordenados por Antonio Carlos Rossi, responsável técnico do escritório do Itesp de Presidente Bernardes. O trabalho resultou num extenso levantamento da aplicação dos créditos pelos assentados na região do Pontal do Paranapanema. Os questionários foram aplicados em 60 assentamentos de Mirante do Paranapanema, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha e Sandovalina, totalizando 2.439 lotes.

Dentre os resultados obtidos, a pesquisa revela, por exemplo, que o número de pessoas que trabalham no lote quase sempre é menor que três, com raros casos de cinco ou mais pessoas. Quanto à residência, o número de moradores está entre duas e cinco pessoas, registrando um só caso de 13 pessoas vivendo num único lote.

A renda da grande maioria dos assentados varia de um a três salários mínimos, segundo a pesquisa, e é formada exclusivamente pelo trabalho desenvolvido no lote, seguida pelos que somam essa renda a pensões e aposentadorias.

Quanto ao crédito propriamente, a pesquisa revela que cerca de 90% dos assentados nunca tinham tomado crédito agrícola antes de tornarem-se beneficiários. Esta constatação, alerta o relatório, aponta para a necessidade de acompanhar e qualificar melhor o agricultor assentado, para minimizar suas dificuldades quanto à aplicação do crédito tomado.

Outra constatação é quanto ao escoamento da produção que, segundo os assentados, ocorre de maneira inadequada; 1.751 pesquisados disseram arcar com os custos de entrega do produto, outros 1.177 repassam sua produção a atravessadores, refletindo a “necessidade de linhas de financiamento para facilitar a comercialização da produção”, conclui o relatório.

Para os assentados questionados, a assistência técnica prestada pelo Itesp é adequada, mas ocorre de maneira desigual durante as fases de produção, apontando deficiência na fase de compra de insumos e na comercialização do produto final.

No quesito “trato

com a agência bancária”, as informações foram divergentes: os assentados consideram fácil o relacionamento com os bancos, embora os créditos não sejam liberados na época certa. Também consideram regular o tratamento recebido pelo banco e estão satisfeitos com o atendimento bancário.

Para aproveitar os resultados obtidos, Rossi sugere que sejam feitas reuniões entre técnicos e assentados “para falar dos pontos negativos e positivos da pesquisa e tentar melhorar o relacionamento entre ambos”.

O diretor de Políticas de Desenvolvimento do Itesp, Afonso Curitiba Amaral, é da mesma opinião. “Precisamos divulgá-la, pois tem um grande potencial de discussões”, afirma Amaral. E conclui “esse trabalho dará mais condição aos profissionais da instituição para fazer um projeto de crédito mais adequado e também dará um norte ao governo na elaboração das políticas públicas voltadas aos assentados”.

Helton Lucinda Ribeiro



Pesquisa apontou necessidade de linha de crédito para facilitar escoamento da produção

Projeto leva oficinas culturais aos quilombolas

Desde o início deste ano, a Secretaria da Cultura, em parceria com o Itesp e a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, vem executando o Projeto Quilombos Vivos em comunidades quilombolas em três regiões do Estado de São Paulo: Sudoeste, Vale do Ribeira e Litoral Norte. Estas regiões foram escolhidas por abrigarem comunidades remanescentes de quilombos já reconhecidas pelo Estado. O projeto prevê um ciclo de oficinas culturais com temas da cultura africana, teatro, biblioteca, leitura e música.

Segundo Leandro da Silva Rosa, sociólogo e coordenador do projeto junto à Secretaria da Cultura, serão dados quatro módulos de cultura e cidadania aos quilombos. O primeiro foi sobre história e cultura dos povos africanos, seguido das oficinas de teatro. Depois serão as bibliotecas e a importância da leitura, finalizando com música. Cerca de 300 livros, uma estante e um computador estão sendo distribuídos para cada uma das 21 comunidades reconhecidas.

Em julho, as comunidades de Camburi, Caçandoça e Fazenda da Caixa, todas de Ubatuba, receberam a oficina de Cultura Africana, onde aprenderam a história do continente africano, o processo de colonização sofrido e o tráfico de escravos, responsável pela vinda forçada de negros ao país e, com eles, um pouco de sua cultura. O objetivo desta oficina é resgatar esta história e os seus costumes, musicalidade, dança e outras manifestações trazidas pelos negros escravizados que até hoje presentes, influenciando a cultura brasileira, e possibilitar a permanência das tradições.

Em agosto, estas mesmas comunidades receberam a oficina de Leitura, juntamente com 300 livros, estante e computador, para criarem uma biblioteca, que deverá ser administrada pelos próprios membros dos quilombos, num espaço comunitário.

No Vale do Ribeira, foram as comunidades de Cangume, Porto Velho, Pilões e Maria Rosa, todas de Iporanga, além de São Pedro e André Lopes, de Eldorado, que receberam a oficina de Leitura. No

curso, aprenderam a organizar uma biblioteca comunitária, além de verem as várias formas de comunicação. “O objetivo desta capacitação é fazer com que o número de leitores nas comunidades aumente, pois assim todos poderão ter uma outra visão de mundo diferente daquela restrita à televisão”, explica Washington Lopes Góes, do Núcleo Cultural Força Ativa, responsável pela capacitação. Em setem-

bro estas mesmas comunidades receberão a Oficina Modular, em que foi escolhida a música para o aprendizado. Nesta próxima oficina os membros das comunidades terão noções das manifestações culturais e religiosas, como o Jongo e o Maracatu, além de aprenderem a construir um atabaque.

No mês anterior, jovens destas comunidades do Vale do Ribeira, Sudoeste e de Ubatuba fizeram a oficina de Teatro com a companhia de teatro 7Cênico, dos atores Wolney de Assis e Fagner Pavan. Nas atividades, os alunos aprenderam expressão corporal, a trabalhar a voz e a criatividade usando sempre como temas a realidade das comunidades, suas histórias ou algo conflitante, como a possibilidade da construção de uma barragem para a geração de energia elétrica, e o direito à terra onde vivem.



Heilton Lucinda Ribeiro

Oficina realizada na região de Sorocaba: resgate da cultura e da auto-estima

O fazendeiro que lutou

Ao longo de uma vida dedicada à democratização do acesso à terra, José Gomes da Silva elaborou

Muitos foram os camponeses que dedicaram suas vidas à causa da Reforma Agrária. Já raros são os casos de pessoas como José Gomes da Silva, um fazendeiro bem-sucedido que deixou uma marca indelével na luta pela democratização do acesso à terra no Brasil.

José Gomes, falecido em 1996, levou a bandeira da Reforma Agrária (ele escrevia assim mesmo, com letras maiúsculas) aos mais diferentes governos e projetos políticos, desde o do general Castello Branco, em 1964, passando por José Sarney, até o Governo Paralelo do PT em 1990 (experiência de formulação de propostas alternativas para o país).

A ligação do engenheiro agrônomo de Ribeirão Preto com a Reforma Agrária remonta ao governo Carvalho Pinto (1959-1963), em São Paulo. José Gomes, ao lado de Plínio de Arruda Sampaio, participou do projeto de “Revisão Agrária”, que resultou nas primeiras experiências de assentamentos rurais do Estado.

A partir daí, inicia uma

trajetória intelectual e política que faria dele uma das maiores autoridades brasileiras no tema. Estudou a fundo a questão agrária e conheceu experiências em outros países, dentre as quais a da Itália o impressionou profundamente.

Logo após o golpe militar, em 1964, José Gomes coordena a elaboração de uma proposta de reforma agrária que é apresentada ao governo Castello Branco. Surpreendentemente, a proposta é aceita e a partir dela é elaborada a Lei 4.504/64, o Estatuto da Terra, ainda em vigor.

Um dos avanços introduzidos pelo Estatuto da Terra foi uma categorização do latifúndio que se dava não só pelo critério da produtividade, mas também pela extensão. O limite estabelecido era de 600 módulos rurais. Além disso, o pagamento de indenizações nas desapropriações de terras seria feito em título públicos.

Promulgada em novembro de 64, no entanto, aquela lei estava fadada a não sair do papel.

Não só devido à pressão dos grupos contrários à Reforma Agrária, mas também com o endurecimento do regime militar a partir do mandato do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).

Nem por isso, um defensor sincero da Reforma Agrária se daria por vencido. “A coisa mais marcante no Zé Gomes, desde os primeiros contatos que tive com ele, na época em que ele escreveu o Estatuto da Terra, foi a sua persistência em busca da Reforma Agrária. Ele nunca desistiu”, conta Roberto Arnt Sant’Ana, 67 anos, ex-superintendente do Incra e ex-delegado do antigo Mirad (Ministério da Reforma Agrária e do Desenvolvimento) em São Paulo.

ABRA

A constatação de que a defesa da Reforma Agrária não encontrava eco na esfera governamental levou José Gomes a buscar o caminho da organização da sociedade civil. Ele próprio narra o episódio da criação da Associação Brasileira de Reforma Agrária em um artigo publicado na revista da entidade, em 1996, ano de seu falecimento: “Foi numa viagem de volta de Araçatuba onde fora assistir a inauguração de um Centro de Treinamento para Trabalhadores Rurais, que um grupo de dirigentes sindicais e estudiosos da questão agrária começou a especular sobre a necessidade de contar com uma entidade independente,



I pela Reforma Agrária

borou o Estatuto da Terra, o primeiro PNRA e criou o órgão antecessor do Itesp em São Paulo

desligada do governo, que atuasse como núcleo de pressão pela Reforma Agrária. A idéia era manter a chama acesa (procurando compensar as frustrações produzidas pelas iniciativas oficiais) e abrir caminhos, tentando explorar fissuras que a desfavorável correlação de forças pudessem apresentar.”

Congregando militantes da Reforma Agrária, tanto do meio acadêmico, como o atual ministro da Agricultura Luís Carlos Guedes Pinto, quanto dos movimentos sociais e organizações de trabalhadores, a ABRA, na avaliação feita por José Gomes em 96, conseguiu manter a “chama acesa”. E mantém até hoje, com sua revista, a primeira publicação especializada dedicada ao tema no Brasil.

O embrião do Itesp

Nos anos 70, José Gomes presta consultoria a organizações internacionais, como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e OEA (Organização dos Estados Americanos). Essa experiência consolida sua reputação como autoridade na questão agrária.

Com o processo de redemocratização do Brasil nos anos 80, ele volta a ocupar altos cargos governamentais, como o de secretário de Agricultura do governo Franco Montoro, em 1983. Embora tenha permanecido pouco tempo à frente da pasta, devido a um enfarte sofrido em agosto daquele mesmo ano, José Gomes deu uma contribuição decisiva para a política agrária do Estado: criou o Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), embrião do que viria a ser a Fundação Instituto de Terras. Com aquela experiência, iniciava-se uma política de destinação de terras públicas es-

taduais à Reforma Agrária, consolidada com a Lei 4.957/85, que estabelece a base legal da política agrária paulista.

1º PNRA

Em 1985, José Gomes é convidado a assumir a presidência do Incra no governo Sarney e coordena a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária. O atual diretor adjunto de Formação, Pesquisa e Promoção Institucional do Itesp, Jorge Miranda Ribeiro, trabalhava na Diretoria de Cadastro e Tributação do Incra na época, comandada por Carlos de Lorena, também já falecido. Lorena, amigo pessoal de José Gomes, foi outro expoente da causa agrária e, sob sua gestão, importantes mudanças foram implementadas no sistema de cadastro de imóveis rurais.

Esse período também foi acompanhado por outro amigo de José Gomes: Roberto Sant’Ana, integrante da equipe criada para formular o PNRA. Sant’Ana conta que a proposta era eleger regiões prioritárias para a Reforma Agrária em cada Estado. A meta nacional era assentar 1,4 milhão de famílias.

Mas, uma vez entregue o PNRA, o governo decidiu que a região prioritária seria... o Brasil todo! “É quando a prioridade é o país inteiro, então não existe prioridade”, resume Sant’Ana.

De fato, o resultado daquela deturpação na proposta do grupo de José Gomes foi o assentamento de pouco mais de 82 mil famílias. Frustrado, ele fez um desabafo no livro *Caindo por Terra*, em que dissecou as articulações políticas que barraram o Programa.

O humanista

Muitos dos que trabalharam com ele se lembram de que, além da dedi-

cação à causa da reforma agrária, José Gomes valorizava muito as pessoas e se preocupava com os funcionários dos órgãos que dirigiu. João Carlos Corsini, analista de desenvolvimento agrário do Itesp, recorda uma história que exemplifica essa preocupação. Em agosto de 1983, um grupo de funcionários voltava, em uma perua Kombi, da área onde estava sendo criado o assentamento Pirituba. Estavam no veículo o então diretor do IAF, José Eli da Veiga, o procurador do Estado Juvenal Boller de Souza Filho, o agrônomo Zeke Beze Jr., o motorista Abílio e o próprio Corsini.

Próximo a Capão Bonito, houve um acidente e a Kombi capotou. Felizmente, ninguém se feriu com gravidade. Mesmo assim, José Gomes fez questão de visitar um por um dos envolvidos no acidente.

Quem trabalhou com ele o tem como referência muito forte, não só de profissional, mas também de ser humano. “Fui um felizardo em fazer parte da equipe do José Gomes”, conta Mário Antônio de Moraes Biral, 64 anos, hoje diretor da Ceasa de Campinas. Os dois trabalharam juntos na CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) em 1968. Na época, a instituição havia acabado de ser criada, reunindo departamentos da Secretaria da Agricultura. José Gomes era responsável pela área de socioeconomia do Departamento de Extensão Rural.

Para Biral, além da sólida formação técnica que já tinha feito de José Gomes uma autoridade reconhecida na área de pesquisa com soja, ele possuía uma ampla visão social. “Foi um grande aprendizado trabalhar com ele, porque a formação do agrônomo é muito tecnicista. É o José Gomes

ensinava que era necessário adaptar a tecnologia às condições sociais.”

Biral também fez parte da equipe coordenada por José Gomes que formulou o programa para a agricultura no Governo Paralelo do PT em 1990. Ele explica que o que movia aquela iniciativa era a idéia de sair da crítica pura e simples e oferecer alternativas ao governo.

Uma das grandes contribuições do programa foi a proposta para a área de segurança alimentar, um conceito que ainda era novidade no Brasil. A proposta acabou subsidiando a campanha Ação da Ci-

dadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida, comandada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Seu legado está presente também no Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), encarregado de articular governo e sociedade civil na formulação de diretrizes na área de alimentação e nutrição.

O fazendeiro

José Gomes muitas vezes foi questionado se o fato de ser um fazendeiro bem-sucedido não era contraditório com sua luta pela Reforma Agrária. Ele sempre respondia que, acima de tudo, era um profissional da terra. E, como tal, via na estrutura fundiária brasileira um entrave ao desenvolvimento do país. A forma como administrava suas quatro fazendas sempre foi coerente com seus ideais, como relata seu amigo Mário Biral:

“Nunca vi uma fazenda tão bem dirigida quanto a fazenda Santana do Bagaçu, em Pirassununga. Foi um verdadeiro laboratório para experiências sobre como viabilizar o homem no campo.” Biral conta que José Gomes não se

prendia a uma única cultura. “Nós dizíamos que os ovos não podiam estar em uma única cesta. Quando a laranja estava em baixa no mercado, ele tinha café. Quando o café estava em baixa, tinha a laranja ou a cana”, explica.

José Gomes nunca foi um homem apenas de discurso. Fez de sua vida também um exemplo. Plínio de Arruda Sampaio, em artigo publicado na revista da ABRA em 1996, relata que, após a decepção com o PNRA, ele “voltou para a sua Santana do Bagaçu, na terra roxa de São Paulo, e pôs-se a cuidar do seu café, da sua cana, da laranja, do limão. Plantou um seringal atrás mesmo da casa dos empregados, para que as mulheres destes aí pudessem trabalhar e ter uma fonte de renda delas mesmas.”

E aquela semente também plantada por ele no Estado de São Paulo, quando colaborou com o Governo Montoro, vingou e deu frutos: 126 assentamentos estaduais, onde mais de 6 mil famílias assentadas possuem “casa, comida e trabalho”. O órgão que nasceu como um modesto instituto, o IAF, cresceu, tornou-se uma fundação com mais de 700 funcionários e leva hoje o seu nome: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. ■

De pai para filho

Além das fazendas que legou aos seus herdeiros, José Gomes também transmitiu o gene da Reforma Agrária. Seu filho, José Graziano da Silva, é um dos expoentes atuais do debate em torno da questão agrária no Brasil.

Engenheiro agrônomo formado pela USP em 1972, fez mestrado em Economia e Sociologia Rural pela mesma Universidade, doutorado em economia pela Unicamp e pós-doutorado na mesma área pelo Instituto de Estudos da América Latina, da Universidade de Londres.

José Graziano escreveu cerca de 20 livros sobre economia agrícola e dezenas de artigos sobre o tema. É professor titular do Instituto de Economia da Unicamp desde 1991. Foi assessor especial da Presidência da República no governo Lula, quando coordenou o Programa Fome Zero. Hoje, é diretor regional da FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação).

PUBLICAÇÕES DE JOSÉ GOMES DA SILVA

A Reforma Agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento? Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

Decálogo da contra-reforma. Campinas, 1986.

Caindo por Terra: crises da Reforma Agrária na Nova República. São Paulo: Busca Vida, 1987.

Buraco negro: a Reforma Agrária na Constituinte. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

A Reforma Agrária brasileira na virada do milênio. Campinas: Abra, 1996.

Plano Safra tem R\$ 10 bilhões para a Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) completa dez anos com um recorde de recursos anunciados para a safra 2006/2007: R\$ 10 bilhões. A meta do Ministério do Desenvolvimento Agrário é chegar a dois milhões de contratos, incluindo no sistema produtivo brasileiro mais de um milhão de novas famílias. Só para o Estado de São Paulo serão R\$ 500 milhões.

De acordo com o coordenador geral de financiamentos da SAF, João Luiz Guadagnin, o governo tem conseguido melhorar a relação entre o que é disponibilizado e o que é efetivamente acessado pelos agricultores. “Até 2002, ficávamos em 50% do anunciado. Hoje, estamos com mais de 80% do anunciado.”

Ele explica que a melhora se deve a um aprimoramento na relação com os agentes financeiros e com os órgãos de assistência técnica nos Estados. Mas destaca que, no caso de São Paulo, ainda é preciso avançar bastante, sobretudo no acesso aos Grupos C, D e E.

“Já os assentamentos estão bem melhor assistidos. A ação do Itesp é boa”, comenta. Para Guadagnin, o problema maior dos assentamentos paulistas está ligado ao acesso grupal a crédito, por meio de cooperativas. Para resolver esse tipo de problema, o governo pretende regulamentar uma lei que individualize

as dívidas dos produtores.

Em São Paulo, de acordo com a Superintendência do Banco do Brasil, os assentamentos contrataram, entre 1995 e 2005, financiamentos agrícolas da ordem de R\$ 143 milhões.

Até 1998, os recursos foram dis-

1998 e 2005, foram assentadas mais 2.700 famílias no Estado, que se beneficiaram com os créditos de investimento de acesso facilitado. E, por fim, a partir de 1999, surgem obstáculos à contratação de investimentos para custeio, como as exigências de garantias reais.

A partir do ano 2000, o acesso ao financiamento de custeio vem aumentando pela criação de uma linha exclusiva para os beneficiários da Reforma Agrária, o Grupo A/C. Os recursos são originários do Orçamento Geral da União e, portanto, não trazem riscos financeiros aos bancos que operam a linha. Atualmente, cada produtor assentado pode realizar até seis operações em safras consecutivas.

Se, para o custeio, foi criado um mecanismo de acesso para os agricultores assentados, ainda há grandes dificuldades para as contratações de investimentos que não sejam restritos à Reforma Agrária (Grupo A), que são contratados numa única operação. Mesmo tendo sido dada uma segunda oportunidade para a contratação do Grupo A, esta está restrita aos Projetos de Assentamento elencados pelo Programa de Recuperação de Assentamentos (PRA) do INCRA.

(Para mais informações sobre as linhas de crédito do Pronaf, acesse o [sítio www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br))



Ubirajara Machado

Guadagnin, da SAF: relação entre o que é anunciado e o que é acessado melhorou

ponibilizados pelo Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procerca). Por esta linha de crédito, foram realizadas operações de custeio da safra agrícola em valores próximos a R\$ 45 milhões e cerca de R\$ 13 milhões em investimentos na estruturação produtiva dos lotes.

Pronaf os em custeio e investimento

Esta inversão ocorreu basicamente por três motivos: O limite de contratação em investimento de amplo acesso aumentou gradativamente de R\$ 9,5 mil em 1998 para R\$ 18 mil (Grupo A) em 2005. No período de

Governo e sociedade civil aprimoram diálogo no Pontal

Apostando no diálogo como caminho para a solução dos conflitos fundiários no Pontal do Paranapanema, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania adotou, a partir de junho, uma prática de reuniões mensais com movimentos sociais que atuam na região.

Essa abertura de um canal permanente de diálogo foi resultado de encontro realizado no dia 3 de junho. Em um único dia, a secretária da Justiça, Eunice Prudente, reuniu-se com prefeitos da região, líderes de diversas entidades que representam os sem-terra, representantes de assentamentos, pequenos produtores rurais, lideranças da União Democrática Ruralista (UDR), além do Incra e o Itesp.

"O Brasil não vai chegar ao desenvolvimento se não resolver a questão da terra", disse Eunice Prudente. Foi consensual entre os participantes do encontro a opinião manifestada pelo prefeito de Teodoro Sampaio, Ademir Infante: "Existe terra para arrecadar e existem recursos suficientes. Então, vamos em frente!".

Negociações

Para os movimentos sociais, a reforma agrária proporciona desenvolvimento, emprego, renda, cidadania e inclusão social. A UDR, por sua vez, defende que a solução dos con-

flitos é condição indispensável para a retomada de investimentos no Pontal do Paranapanema.

O Itesp vem negociando com agropecuaristas interessados em se antecipar a uma decisão judicial e ceder desde já as terras ao Estado, mediante a indenização de benfei-

Com os R\$ 4 milhões já disponíveis, o Itesp deve priorizar a arrecadação de duas fazendas, uma em Presidente Venceslau e outra em Presidente Epitácio. O compromisso do órgão federal é de que, tão logo essa primeira parcela seja utilizada, novos recursos serão liberados.

Para a UDR, também é necessário o aprimoramento dos mecanismos legais que possibilitam a cessão de parte das fazendas para a reforma agrária em troca da regularização do restante. Outra proposta é a alteração da Lei Estadual 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de áreas de até 500 hectares na região. Na avaliação da entidade, a lei obriga o agricultor a reconhecer que a terra é devoluta, sem que haja decisão judicial transitada em julgado.

Eunice Prudente enfatizou a importância do diálogo também com as entidades patronais e disse que alterações na lei ou outras medidas possíveis para a superação dos entraves apontados serão estudadas.

Já como desdobramento das reuniões periódicas com os movimentos sociais, a Secretaria da Justiça viabilizou uma audiência com o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Celso Limongi, no dia 18 de julho. A Secretaria e o TJ propuseram a inclusão dos juízes no diálogo das questões agrárias.



Reunião com movimentos sociais em Teodoro Sampaio

tórias. A expectativa é de que acordos sejam fechados rapidamente com a disponibilidade de recursos repassados pelo Incra.

Na reunião realizada em junho, o órgão federal anunciou a liberação de R\$ 28 milhões, dos quais R\$ 4 milhões já estão disponíveis. A grande novidade é que o dinheiro está sendo repassado integralmente em moeda corrente.

Até então, 70% dos recursos destinados à arrecadação de terras eram repassados em Títulos da Dívida Agrária (TDA). Além disso, os acordos serão fechados diretamente pelo Itesp.

Saúde da População Negra

Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2005, os negros (pretos e pardos) e as negras (pretas e pardas), juntamente com os indígenas (mulheres e homens) têm menor escolaridade e renda, estão nos piores postos de trabalho; suas residências têm menor acesso a saneamento básico e eles têm maior necessidade de serviços públicos de saúde. Quando observamos a esperança de vida ao nascer, as mulheres vivem mais do que os homens. Contudo, as mulheres negras e as mulheres indígenas vivem menos que as mulheres brancas. O mesmo acontece com os homens.

Minha proposta aqui é mostrar que as desigualdades raciais dialogam com a forma como se adoecer/morre e, num segundo momento, mostrar a necessidade de se pensar políticas públicas diferenciadas.

O estudo da mortalidade como demarcador de desigualdades

As estatísticas de mortalidade são utilizadas para avaliar a situação da população e desenvolver políticas públicas de saúde. Na análise dos dados de mortalidade, apontam-se as causas de morte que assolam a população, discutem-se os dados segundo idade, sexo e grupo social ou frações de classe, mas não se discutem as diferentes construções socioculturais existentes na sociedade e seus reflexos no perfil da mortalidade. Por exemplo, não se contempla a raça/cor como categoria de análise e apenas em 1996 se inseriu a variável raça/cor nos atestados de óbito e de nascidos vivos.

No estudo “Mortalidade da população Negra Adulta no Brasil”, realizado em parceria com Anna Volochko, Carlos Eugênio de Carvalho Ferreira e Vanessa Martins e que foi publicado no livro Saúde da População Negra no Brasil (Fernanda Lopes – org.), constatou-se que em 2000 ocorreram apro-

ximadamente 134.344 óbitos em mulheres adultas (10-64 anos) no Brasil (208,17/100 mil mulheres). A taxa de mortalidade das mulheres pretas (284,36/100 mil) supera a das brancas (184,67/100 mil) e das pardas (145,11/100 mil).

Quando analisamos a mortalidade das mulheres adultas (10-64 anos) residentes na região Sudeste do Brasil, segundo a cor, constatamos que a taxa de mortalidade das mulheres pretas é de 369,78/100 mil mulheres pretas; que a taxa de mortalidade das mulheres brancas é de 204,30/100 mil mulheres brancas e a taxa de mortalidade das mulheres pardas é de 173,96/100 mil mulheres pardas.

Quando se analisa a taxa de mortalidade segundo o grupo de causas de doenças infecciosas e parasitárias, predominando aids e tuberculose, a taxa de mortalidade das mulheres pretas por HIV é de 12,29/100 mil, contra 5,45 das mulheres brancas e 5,41 das pardas. Por tuberculose, a taxa de mortalidade dentre as mulheres pretas é de 5,27, contra 2,22 das mulheres pardas e 1,33 das mulheres brancas.

A mortalidade das mulheres pretas por transtornos mentais é 4,5 vezes maior quando comparado às mulheres brancas.

As mulheres pretas também apresentam um excesso de mortalidade por doenças isquêmicas do coração, cerebrovasculares, insuficiência cardíaca, hipertensão, doenças hipertensivas e cardiopatias. Quando observamos as mortes por gravidez, parto e puerpério entre mulheres de 10 a 49 anos, constatamos que a taxa de mortalidade das mulheres pretas é de 4,9, das mulheres pardas é de 2,11 e dentre as brancas a taxa é de 1,82.

Concluindo, há uma forte relação entre as desigualdades raciais, a exclusão social vivenciada pelos negros, a forma como mulheres e homens são construídos socialmente e o processo saúde, doença e morte.

Os dados de mortalidade aqui apre-

sentados evidenciam isso. Eles também indicam a necessidade de políticas de saúde direcionadas a este grupo populacional.

Exemplo Paulista

A Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo vem realizando várias ações para promover a equidade racial em saúde e transformar os estudos produzidos pela academia e movimentos sociais em políticas públicas. Destacam-se:

- Investimentos (Qualis/PSF) para os municípios que possuem comunidades remanescentes de quilombos;
- Treinamento de profissionais para melhorar a qualidade de informações do SUS quanto a coleta, processamento e análise do quesito cor;
- Criação do Comitê Técnico Saúde da População Negra do Estado de São Paulo.

Essas contribuições pretendem promover a equidade em saúde da população negra e combater o racismo e a discriminação nas instituições e serviços do Sistema Único de Saúde. Em parceria com movimentos sociais, ONGs do movimento negro e demais setores do governo, a Secretaria começa a dar resposta às necessidades da população negra no campo da saúde, mas para chegar à equidade racial no SUS ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Luís E. Batista é sociólogo, Doutor em Sociologia, Pesquisador do Instituto de Saúde / SES-SP, Assessor Técnico da CCD/SES-SP, coordenador do Comitê Técnico Saúde da População Negra do Estado de S. Paulo e representante da Secretaria da Saúde no Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de S. Paulo.

Anna Volochko é médica, Doutora em Saúde Pública e Pesquisadora do Instituto de Saúde/SES-SP.

Pesquisa da Esalq avalia assentamentos do Estado

Um projeto de pesquisa financiado pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), na modalidade de políticas públicas, possibilitou a uma equipe supervisionada pelo professor Gerd Sparovek, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (Esalq/USP), fazer uma pesquisa que resultou no relatório intitulado *Avaliação das terras do Estado de São Paulo visando o apoio de decisões ligadas à Agricultura Familiar*. A pesquisa teve como parceiros a Fundação Itesp e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e está dividida num relatório e um Atlas Rural de São Paulo.

Após longo período de análise pela Fapesp de sua viabilidade técnica, o projeto teve início em 2003 para ser executado ao longo de dois anos.

O relatório enviado às instituições parceiras está em forma de anexos, que são capítulos nos quais são apresentados os resultados das linhas de pesquisa desenvolvidas separadamente. Apesar de integrada uma a outra, ca-

da pesquisa teve sua própria dinâmica de execução.

O Anexo A consiste num Banco de Dados com informações gerais dos projetos de assentamentos selecionados para a pesquisa. Para auxiliar na busca das informações, foi elaborado um *Atlas Rural de São Paulo (Anexo H)*, com detalhes da inserção dos projetos de assentamento no contexto socioeconômico local.

No Anexo B estão os resultados da pesquisa de avaliação do impacto ambiental feita em oito assentamentos, apresentando a evolução do uso da terra nas fases antes, durante e depois de instalados, para avaliar sua interferência na preservação dos recursos florestais nativos.

A percepção dos assentados em relação aos problemas ambientais é o tema da pesquisa que resultou no Anexo C do relatório. Trata-se de uma pesquisa por amostragem feita em forma de questionários. Na elaboração dos questionários, foi levado em conta o histórico dos assentados, para que numa próxima etapa do projeto seja analisada uma possível relação entre a percepção ambiental e o perfil dos agricultores.

Os Anexos D, E e F mostram os relatórios descritivos das atividades desenvolvidas simultaneamente por três alunos, em projetos de iniciação científica, relativas a avaliação de impacto ambiental dos assentamentos e o cultivo de cana-de-açúcar em áreas reformadas. E, por fim, o Anexo G são artigos apresentados em encontros científicos.

Com algumas exceções, este relatório consistiu em atender às demandas acordadas com as instituições parceiras.

No início do ano, o professor Gerd Sparovek apresentou, num workshop feito na sede do Itesp, os dados resultantes da pesquisa aos técnicos da casa e repassou as bases do banco de dados às duas instituições parceiras. O professor Gerd pretende hospedá-las num sítio ligado à Esalq e aos parceiros. E, se conseguir financiamento, pretende também publicar os resultados da pesquisa em livro.



Dadora Teixeira

Equipe da Esalq apresenta resultados da pesquisa na sede do Itesp

Itesp e CATI assinam convênio

O Itesp e a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) aproveitaram o Dia do Agricultor, 28 de julho, para reafirmar parceria entre as instituições e assinar o convênio para o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, que será estendido também aos municípios onde existem assentamentos rurais. A cerimônia foi realizada no auditório da CATI em Campinas.

O programa de Microbacias Hidrográficas é uma proposta do Governo do Estado de São Paulo, com o apoio do Banco Mundial, para enfrentar os problemas de degradação dos recursos naturais de forma global e integrada. Funciona por meio de implantação de sistemas de produção agropecuária que possibilitem o aumento do bem-estar das populações rurais, com melhoria de renda e de produtividade, garantindo ainda a qualidade e a quantidade de águas.

Técnicos do Itesp já foram capacitados para atuar no âmbito do programa. Eles passaram por um curso com noções básicas para a elaboração do PIP (Projeto Individual de Propriedade). Dividido em dois módulos, um teórico e outro prático, o curso foi ministrado por técnicos do Itesp e da CATI.



Solenidade do Dia do Agricultor, em Campinas

Itesp participa de evento sobre geoinformação

O Itesp esteve presente no evento GEOBrasil 2006, em julho, representado pela servidora Márcia Cristina Marini, que apresentou um trabalho sobre o uso de metodologias rápidas com GPS para georreferenciamento de imóveis rurais. O trabalho foi desenvolvido por alunos da Unesp em parceria com o Itesp. Georreferenciamento é uma das principais ferramentas utilizadas pelo Itesp nos trabalhos de regularização fundiária. Márcia é analista de desenvolvimento fundiário da diretoria adjunta de Recursos Fundiários do Itesp em Presidente Prudente.

Segundo ela, seu comparecimento ao evento é muito importante, pois, além de divulgar o nome e o trabalho do Itesp, “posso conhecer as tendências tecnológicas e participar de discussões sobre assuntos como georreferenciamento, cadastro rural e urbano, mapeamento, entre outros relacionados ao meu dia-a-dia de trabalho”.

O evento, realizado entre os dias 18 e 20 de julho no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo, é voltado ao mercado de geotecnologias e visa à integração entre indústria e usuários.

Biodiesel pode ser alternativa para assentados

Com o objetivo de desenvolver social e economicamente os assentamentos do Estado, a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e a empresa Biocapital Consultoria Empresarial e Participações S/A assinaram protocolo de intenções para o plantio de oleaginosas, matéria-prima na produção de biodiesel.

A Secretaria da Agricultura ficou responsável por fomentar a produção, a Secretaria da Justiça, por meio do Itesp, de prestar assistência técnica desde o preparo do solo até o plantio, colheita e armazenamento. E a Biocapital, de adotar os critérios e procedimentos necessários

à concessão do selo Combustível Social. Além de definir as atribuições dos envolvidos, o protocolo de intenções estabelece medidas para garantir o sucesso do projeto, como melhores opções logísticas para a entrega de grãos, estimativa do número de famílias beneficiadas e definição de modelo de compra de sementes junto à CATI.

O documento esclarece ainda que todas as partes envolvidas reconhecem saber da importância da inclusão social pela agricultura familiar para a geração de empregos e o desenvolvimento do mercado nacional de biodiesel.

Vale do Ribeira tem audiência pública

A Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, Eunice Prudente, reuniu no dia 19 de agosto, em Eldorado, um grande número de gestores públicos para a primeira Audiência Pública do Grupo Gestor Quilombos. A audiência aconteceu no Centro Comunitário de Eldorado, em São Paulo.

A proposta é que estas reuniões ocorram periodicamente como meio de informar às comunidades quilombolas e demais interessados sobre o andamento das ações do Programa de Cooperação Técnica e Ação Conjunta do Grupo Gestor Quilombos, do Governo do Estado, e ouvir as reivindicações das lideranças das comunidades quilombolas locais.

Coordenada pela secretária da

Justiça, a audiência contou com a participação de Tibério Leonardo Guilton, assessor especial do gover-

nação e do procurador do Estado Alexandre Moura de Souza e de Rodrigo Antunes, promotor de Justiça e de Cidadania de Eldorado.

Aproveitando a ida ao Vale do Ribeira, a secretária, acompanhada das autoridades presentes, visitou a nova balsa de travessia do rio Ribeira de Iguape para as comunidades de São Pedro e Ivaporunduva, também em Eldorado. A balsa foi construída pelo Itesp e prefeitura. A comitiva conheceu ainda o Centro de Visitantes de Ivaporunduva, construído pelo Itesp, que recebeu recentemente recursos da Petrobrás para a compra de equipamentos, e a Escola Maria Antonia Chules Princesa, na comunidade de André Lopes.



As comunidades apresentaram suas reivindicações

nador respondendo pelo Itesp, do prefeito de Eldorado, Elói Fouquet, e de representantes das secretarias da Cultura; Juventude; Educação;

AGENDA

ACONTECEU

4 a 6 de agosto

IV Agrifam - Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural

A quarta edição da Agrifam (Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural), em Agudos, atraiu 470 caravanas e 32 mil visitantes. O evento conta com o apoio do Itesp, que esteve presente com estande institucional e uma barraca na praça de alimentação da feira, onde foram comercializados produtos dos assentamentos.

No estande institucional, foram comercializados, entre outros produtos, doces, artesanatos e até ostras frescas do quilombo Mandira, de Cananéia. Também fizeram sucesso as buchas vegetais da Eco Buchas, agroindústria do assentamento Che Guevara, de Mirante do Paranapanema. Outra atração

do evento foi a fabricação de doces pela Bemacla, agroindústria do assentamento Reunidas, de Promissão. As assentadas Bernadete, Clarinda e Erenice, proprietárias da Bemacla, fabricaram os doces no protótipo de agroindústria artesanal localizado no Itetresp (Instituto de Treinamento de Trabalhadores Rurais), onde é realizada a feira.

O Itesp também foi responsável por duas palestras: sobre o Programa



Estande do Itesp no evento

Nacional de Crédito Fundiário, proferida por Antônio Carlos de Seta, e sobre Legislação da Agroindústria, proferida por Ovanyr Vinício Renesto.

Feira encerra

Programa de Capacitação em Comercialização

“Produzir com qualidade o produtor sabe. Às vezes, o que ele não sabe é vender.” A afirmação, do produtor rural assentado Edvaldo José Previatto, de Andradina, resume a importância do Programa de Capacitação em Comercialização e Agroindústria Familiar, desenvolvido pelo Itesp em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Encerrado com o Seminário de Comercialização e Feira da Agricultura Familiar, realizados de 11 a 13 de agosto, o programa teve justamente o objetivo de oferecer aos produtores ferramentas para sua inserção competitiva no mercado.

Além dos objetivos alcançados no seminário, a feira foi um sucesso de público. A grande variedade de produtos, distribuídos em 20 estandes, e a boa qualidade se aliaram à localização privilegiada: segundo a administração do Parque da Água Branca, cerca de 40 mil pessoas visitam o local aos finais de semana. Os organizadores estimam o volume de vendas em R\$ 25 mil, aproximadamente. Mas destacam que o mais importante foi a divulgação dos produtos da reforma agrária e a experiência de comercialização oferecida aos participantes.

Seminário

Além de uma programação de palestras, o Seminário abriu espaço para painéis e relatos orais de experiências de comercialização dos produtores. Eles demonstraram como a organização das comunidades e a capacitação em comercialização propiciaram um incremento na geração de renda. “Eu vendia mandioca de porta em porta. Passei a vender a mandioca descascada e congelada, o que aumentou as vendas. Já tenho três freezers. Meus planos, agora, são comprar um empacotador a vácuo, um veículo e um sistema de irrigação”, contou Humberto Couto, do assentamento Santa Carmem, de Mirante do Paranapanema.

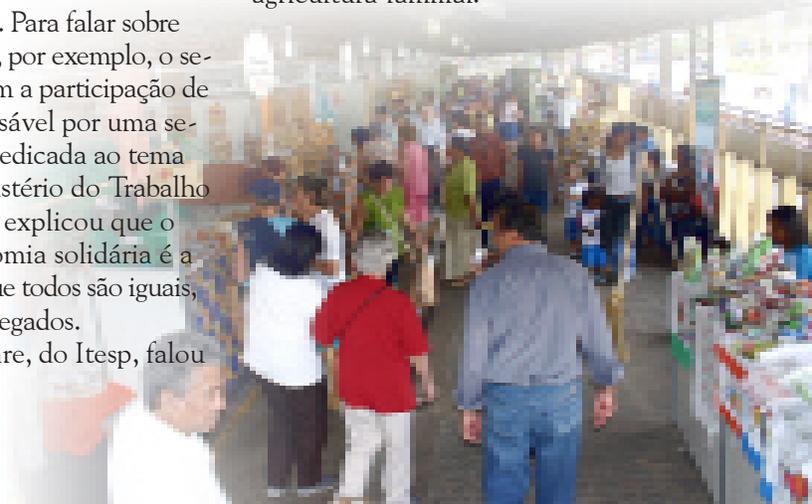
Temas como legislação, agregação de valor, alternativas de comercialização e economia solidária foram abordados nas palestras. Para falar sobre economia solidária, por exemplo, o seminário contou com a participação de Paul Singer, responsável por uma secretaria nacional dedicada ao tema no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Singer explicou que o princípio da economia solidária é a ajuda mútua, em que todos são iguais, sem patrões e empregados.

Márcio Automare, do Itesp, falou

sobre “Licitação solidária e compras públicas”. Segundo ele, há poucas oportunidades para a participação dos pequenos produtores nas compras feitas pelo poder público. Mas, embora sejam necessárias mudanças na legislação, a organização dos produtores já pode garantir bons resultados. O exemplo é o quilombo Ivaporunduva, que ganhou uma licitação para o fornecimento de banana à prefeitura de Suzano.

Os próprios assentados apresentaram alternativas de comercialização. É o caso do entreposto conhecido como “Ceasinha”, criado pelos produtores do assentamento Ipanema, de Iperó. “Por que os assentamentos que produzem mandioca não montam uma agroindústria de farinha? Venderia quando quisesse, quando o preço estivesse melhor”, sugeriu o assentado Carlos Aparecido Dellai.

Ao final do evento, produtores e técnicos fizeram uma avaliação positiva do programa e sugeriram sua continuidade. Uma das propostas é a realização de feiras regionais da agricultura familiar.



OUVIDORIA

Um canal de comunicação direta e gratuito com a Fundação Ilheus

0800-7733173



FUNDAÇÃO ILHEUS
RUA DE SÃO CARLOS, 100
44.000-000 ILHEUS, BAHIA

0800-7733173
www.fundacaoilheus.org.br